



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Procurador Inácio Magalhães Filho**

MPC/DF

Fl.:
Proc.:
11343/05

Rubrica

Processo nº 11343/2005

Relator: José Roberto de Paiva Martins

Parecer nº 0363/2008 - IMF

EMENTA: Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa da Administração Regional de Taguatinga – RA III, referente ao exercício de 2003. Irregularidades. Audiência prévia dos responsáveis. Improcedência de justificativas. Decisão nº 4371/2007 e Acórdão nº 147/2007 - Irregularidade de contas e aplicação de multa. Recurso de reconsideração. Admissibilidade. Unidade técnica sugere a negativa de provimento ao recurso. O Ministério Público acompanha a Instrução.

Trata o presente feito da Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa da Administração Regional de Taguatinga – RA III, referente ao exercício de 2003.

2. Nesta fase, a unidade técnica examinou o Recurso de Reconsideração, às fls. 188/192, interposto pelo ex-Administrador Regional da RA III – Taguatinga, contra os termos da Decisão nº 4371/2007 (fls. 179) e do Acórdão nº 147/2007 (fls. 181/182).

3. Por meio da Decisão nº 4371/2007, dentre outras deliberações, o e. Plenário decidiu julgar irregulares (cf. art. 17, III, “b”, da LC nº 1/94) as contas anuais do responsável pela RA III, exercício 2003, Sr. Francisco Soares Pereira, com aplicação da multa individual de R\$ 1.253,60 (cf. art. 57, I, c/c o par. único do art. 20 da LC nº 1/94).



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Procurador Inácio Magalhães Filho

MPC/DF

Fl.:
Proc.:
11343/05

Rubrica

4. As falhas e irregularidades que motivaram o julgamento pela irregularidade das contas e a aplicação de multa ao recorrente encontram-se sintetizadas no Acórdão nº 147/2007, a saber:

“I - Insuficiência nos controles da arrecadação da Fonte 120 – Receita Diretamente Arrecadada, decorrentes de: a) ocupação de áreas públicas por quiosques, trailers e similares; b) ocupação de áreas públicas por rádio-base (ERB); c) emissão de alvarás de funcionamento; d) ocupação de área pública pela Associação Comercial de Taguatinga ACIT (fls. 143/144 do Processo nº 040.004.093/2004); II - Ausência de comprovantes de pagamentos de taxas de ocupação e de rateio (fls. 137/138 do Processo nº 040.004.093/2004); III - Diligências do controle externo e interno não atendidas, tais como: a) desatualização de cadastro e falta de tempestividade na cobrança de taxas; b) imóveis pertencentes ao patrimônio da Administração Pública sem os devidos registros cartoriais; c) despesas com ligações telefônicas celulares acima do limite legal e ausência de ressarcimento; d) ausência de emissão de Termos de Apreensão de Bens; IV - Decisões nºs 606/03 e 4.384/02 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, referente à exploração, por particulares, do Estádio Elmo Serejo Farias, em Taguatinga (fls. 138/143 do Processo nº 040.004.093/2004); V - Ausência de Projeto Básico (fls. 147 do Processo nº 040.004.093/2004); VI - Ausência de pesquisa de mercado com mínimo três orçamentos/cotações (fls. 148 do Processo nº 040.004.093/2004); VII - Ausência do ato de nomeação do executor técnico (fls. 148/149 do Processo nº 040.004.093/2004).”

5. Na Instrução de fls. 202/207, o órgão técnico examinou e afastou com propriedade as alegações do recurso, consoante se verifica do excerto transcrito a seguir:

“No recurso interposto, o senhor Francisco Soares Pereira, em síntese, consigna que:

I. o pedido de reconsideração tem por escopo o parecer técnico de fls. 142/152 que dá por regular com ressalvas as contas (fl. 188);

Análise:

A sugestão de regularidade com ressalvas, oferecida no parecer técnico, não vincula os membros do Plenário que, no julgamento das contas, deliberam segundo seu livre convencimento.

II. o parecer do MP difere do parecer técnico acima porque deixou de apreciar as justificativas apresentadas pelas áreas competentes, haja vista o teor do Ofício nº 30/2005 – GAB/RA-III, dirigido à Corregedora Anadyr de Mendonça Rodrigues (fl. 189);

Análise:

O citado ofício e as justificativas apresentadas (fls. 171 a 179 do apenso nº 040.004.093/04) foram analisadas na Informação nº 161/05, às fls. 38 a 43, que, por sua vez, foi apreciada pelo Ministério Público, conforme o PARECER



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Procurador Inácio Magalhães Filho

MPC/DF

Fl.:

Proc.:
11343/05

Rubrica

Nº 1073/2005-DA, de fls. 53 a 61. Assim, a alegação não encontra fundamento nos autos e não merece prosperar.

III. a Decisão nº 2003/99-Plenário TCU, afirmou que, se as informações lançadas nos anexos ao projeto básico forem suficientes para caracterizar o objeto, não se configura infração ao disposto no art. 7º, § 2º, I, da Lei nº 8.666/93 (fl. 189);

Análise:

Refere-se à Decisão 203/1999 - Plenário TCU, proferida no bojo do Processo TC-011.923/97-0, que trata de Representação formulada pela empresa Ada Avanços Eletrônicos Ltda. sobre o que considerou irregularidades contidas no edital formulado pela Caixa Econômica Federal - CEF na concorrência nº 4/97-CPL/BR, objetivando a "contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos contínuos para manutenção preventiva e corretiva dos sistemas e equipamentos elétricos/eletrônicos e hidrossanitários de diversas unidades da CEF". (grifo nosso). A alegação em tela, referente ao seguinte trecho do Relatório do Ministro Relator (WALTON ALENCAR RODRIGUES): "Acerca da elaboração de Projeto Básico, entendemos que as informações disponibilizadas pelo Edital, mormente em seus Anexos III e IV, são suficientes para caracterizar o serviço a ser prestado, não se caracterizando infração ao artigo 7º, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.", não se aplica ao caso em exame, cujo objeto: "serviços de reforma geral do telhado do terminal rodoviário da QM 42 e de fabricação e fornecimento de placas de fibra de vidro" diz respeito a execução de obra, tornando imprescindível a apresentação de projeto básico, diferentemente daquele constante do processo do TCU. Assim, não procede a alegação do recorrente.

IV. a ausência de pesquisa de mercado com mínimo de três orçamentos/cotações foi justificada pelo Chefe da Seção de Material e Patrimônio, constam do processo duas propostas e os preços estavam de acordo com os praticados no mercado (fls. 189 e 190);

V. o fato de não constar três propostas para aquisição do material elétrico não gerou prejuízo ao erário (fl. 190);

VI. o executor técnico (Processo nº 040.004-093/2004) não foi nomeado inicialmente, todavia, todas as faturas foram atestadas e acompanhadas pelos técnicos responsáveis e posteriormente designado o executor (fl. 190);

Análise

As questões atinentes aos itens IV a VI retro foram debatidas à fl. 158, parágrafos 22 e 25 do PARECER Nº 690/2007 do MPC. Na oportunidade, manifestou-se o entendimento de que a ausência de Nomeação de Executor Técnico, bem como de Pesquisa de Mercado afiguravam-se como infringência gravíssima aos dispositivos legais, entendimento esse acolhido pelo Plenário. Dessa forma, não merecem prosperar as razões em exame.

VII. as alegações de que houve irregularidades graves praticadas pelos agentes públicos envolvidos não têm o condão de considerar irregulares as contas do ora recorrente (fl. 190);

Análise

O administrador responde por todos atos praticados em sua gestão. Assim, todos os atos irregulares ocorridos sob sua administração, mesmo não praticados por ele, podem macular suas contas, notadamente quando se



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Procurador Inácio Magalhães Filho**

MPC/DF

Fl.:
Proc.:
11343/05

Rubrica

verifica que o administrador negligenciou no desempenho de suas atribuições, permitindo ou tolerando a prática de atos irregulares por parte de agentes subordinados.

VIII. as irregularidades apontadas pelo MP: ausência de Projeto Básico, Nomeação de Executor Técnico e Pesquisa de Mercado referem-se a obras iniciadas em 2002, fora da responsabilidade do ora recorrente; as demais irregularidades apontadas já foram sanadas e justificadas (fl. 191);

IX. os atos administrativos já vinham sendo praticados e foram sanados no decorrer da administração na medida das determinações proferidas pelo Tribunal (fl. 191);

Análise

Mesmo que provenientes de exercício anterior, a continuidade das irregularidades macularam as contas dos administradores do exercício em exame, não merecendo prosperar as alegações em questão.

X. a prestação das contas foi prejudicada pelo falecimento, em 2006, do Diretor de Administração-Geral do exercício de 2003 (fl. 191)

Análise

Embora possa ter trazido prejuízo à apresentação das contas, a alegação não se presta para justificar as irregularidades encontradas na gestão em tela. Por fim, deve-se ressaltar que a irregularidade das contas não se deveu a um fato isolado e sim a um conjunto de impropriedades e falhas, conforme apontado no Acórdão nº 147/2007, de fl. 181, que o recorrente não conseguiu afastar.

6. Em conclusão à análise do recurso interposto nos autos, o órgão de apoio técnico ofertou as seguintes sugestões, às fls. 207:

"I - no mérito, negar provimento ao RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO interposto pelo Senhor FRANCISCO SOARES PEREIRA;

II - informar ao recorrente que o prazo improrrogável de que trata a Notificação nº 102/07 – 1ª ICE (fl. 185), para recolhimento da dívida, é de 5 (cinco) dias, contados do conhecimento da decisão proferida pelo Tribunal;

III - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE para as providências pertinentes."

7. Para o Ministério Público, as alegações do recurso não se mostram hábeis para alterar o julgamento proferido nos autos em relação às contas do recorrente, bem ainda são insuficientes para elidir a multa que lhe foi aplicada. As deficiências e ilegalidades identificadas na gestão do ex-Administrador Regional de Taguatinga, referente ao exercício de 2003, quanto aos procedimentos licitatórios e a fiscalização de contratos ocorridos no âmbito da Jurisdicionada configuram atos com grave infração a norma legal, a amparar o julgamento proferido pela Corte e a sanção aplicada ao responsável.



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Procurador Inácio Magalhães Filho**

MPC/DF

Fl.:
Proc.:
11343/05

Rubrica

8. Por todo o exposto, este *Parquet* pugna pelo acolhimento das sugestões da Instrução, às fls. 207, para negar provimento ao Recurso de Reconsideração em apreço, mantendo íntegros os termos da Decisão nº 4371/2007 e do Acórdão nº 147/2007.

É o parecer.

Brasília, 03 de abril de 2008.

Inácio Magalhães Filho
Procurador

DIGITALIZADO